

Aprovada por  
Unanimidade

1 SESSÃO ORDINÁRIA DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

2 ATA Nº 07

3 Sessão de 22/02/18  
A Mesa, W. Antunes

4 Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Alcácer do  
5 Sal e Salão Nobre do Município, reuniu a Assembleia Municipal. Compareceram nesta sessão  
6 ordinária, Maria Antónia Incenso dos Reis Mendes, Presidente da Assembleia Municipal, Maria de  
7 Fátima Martins dos Santos Leite, Primeira Secretária da Mesa, Vítor Manuel Elias Rosa, Segundo  
8 Secretário da Mesa e os Membros, Serafim António Martins Inocêncio, Manuel Fernando da Silva  
9 Rocha, António José Freitas Grilo, José Manuel dos Mártires Balona, Mariana Antónia Caixeirinho,  
10 Luzia Maria Carvalho Maurício, Gonçalo José Neto Nunes, Ana Rosa Dias Tecedeiro (em regime  
11 de substituição), Sara Isabel Coelho Guerreiro, João Luís Campos Guerreiro, Ana Maria Tomás  
12 Cananão Guerreiro, Nuno Manuel Alferes Fernando da Conceição, José Manuel Ramos Correia,  
13 Mafalda Sofia da Conceição Panóias, Ricardo Jorge Carqueijeiro Magalhães Campos, Filomeno  
14 Herlander Vieira Braz, Jacinto José Guerreiro Vinagre, Ana Helena Carvalho da Silva, Paulo Jorge  
15 do Carmo Jacinto (em regime de substituição do Presidente da União das Freguesias de Alcácer  
16 do Sal), Hélder Manuel Telo Montinho, Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Deolinda da  
17 Conceição de Oliveira Florêncio, Presidente da Junta de Freguesia de Comporta, Albino António  
18 Batista Francisquinho, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho.

19  
20 Compareceram, também, Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal,  
21 e os Vereadores, Ana Luísa Alferes Pinto Soares, Manuel Vítor Nunes de Jesus, Vice- Presidente,  
22 Nuno Miguel Besugo Pestana, Gabriel Afonso Leal Geraldo, Renato Jorge Ramos Neves.

23  
24 Verificou-se a ausência dos Deputados, Maria Antónia Crespo e Arlindo José Paulino de Passos  
25 tendo os mesmos apresentado justificação, que ficam arquivadas em pasta anexa à ata.

26  
27 Pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, verificou-se a existência de quórum, pelo que a  
28 Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.

29  
30 A Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou os presentes.

31  
32 PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA \_\_\_\_\_

33  
34 1 - *Análise e votação das Atas das sessões realizadas em 26 de setembro de 2017 e 17 de*  
35 *novembro de 2017.*

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

36 A Presidente da Assembleia, colocou a Ata da sessão realizada em 26 de setembro de 2017 a  
37 votação.

38 - **A Ata nº 04 de 26 de setembro de 2017 foi aprovada, por unanimidade.**

39

40 A Presidente da Assembleia, colocou a Ata da sessão realizada em 17 de novembro de 2017 a  
41 discussão.

42 Intervenções:

43 O Deputado António Grilo referiu que no ponto 4, não vem na ata que os eleitos do Partido  
44 Socialista propuseram que fosse submetida a votação uma lista única constituída por um elemento  
45 de cada uma das bancadas, permitindo assim que todas as forças políticas tivessem assento na  
46 Assembleia Intermunicipal da CIMAL e que a proposta foi submetida a votação tendo sido rejeitada  
47 com 13 votos contra do Partido Comunista, 10 votos a favor do PS, 1 voto a favor do Bloco de  
48 Esquerda e 1 voto a favor da Coligação “Viver Alcácer”.

49 Acrescentou que, também não consta uma intervenção do Deputado José Balona onde a bancada  
50 do Partido Comunista submeteu uma lista a votação, com a inclusão de representantes do BE e da  
51 Coligação “Viver Alcácer”, sem os ter consultado. Referiu que essa intervenção também deverá ser  
52 transcrita para ata, pelo facto de a Mesa ter aceitado a votação uma lista onde os proponentes não  
53 foram ouvidos.

54

55 A Presidente da Assembleia, disse que a ata não tem que traduzir tudo o que se passa na sessão e  
56 que o Regimento diz quais os pontos que devem ser referidos e que a Mesa entendeu que era  
57 suficiente o que está na ata. Contudo solicitou ao Deputado António Grilo para colocar as suas  
58 questões por escrito à Mesa.

59

60 O Deputado António Grilo referiu que os factos que mencionou são relevantes e devem estar  
61 mencionados na ata.

62

63 O Deputado Filomeno Herlander disse que concorda com o que foi dito pelo Deputado António  
64 Grilo, apesar de concordar também com a Presidente da Assembleia quando diz que não pode ser  
65 escrito tudo na ata, mas há muitas situações de pormenor que estão na ata e que lhe parece que  
66 há uma dualidade de critérios. O Deputado referiu que as questões mencionadas são importantes e  
67 devem ser integradas na ata e que se não forem integradas se vai abster na votação.

68 Referiu que, embora não tivesse sido contactado para integrar a lista apresentada pelo Deputado  
69 José Balona, já tinha expressado a sua disponibilidade para integrar a comissão.

70 O Deputado José Balona referiu que também disseram que deveriam ser quatro elementos, um de  
71 cada partido e os Deputados da CDU não foram consultados, o que também não está na ata e não  
72 pretendem que fique. O Deputado disse que a ata deve ser aprovada como está.

73  
74 A Deputada Mariana Caixeirinho propôs que fosse retirada a ata e que seja votada na próxima  
75 sessão, tendo em conta que existem algumas discrepâncias em relação ao texto.

76  
77 A Presidente da Assembleia, disse ao Deputado Filomeno Herlander que não há abstenções nas  
78 votações das atas e que as mesmas ou são aprovadas ou reprovadas.

79 Após discussão sobre o assunto e devido à falta de consenso entre as bancadas a Presidente da  
80 Assembleia, colocou a ata a votação, tendo a mesma sido:

81 **Aprovada por Maioria, com 13 votos a favor dos eleitos pela CDU, 10 votos contra dos eleitos pelo**  
82 **PS, 1 voto a favor do eleito pela Coligação "Viver Alcácer" e 1 voto a favor do eleito pelo BE.**

83  
84 Seguidamente, a Presidente da Assembleia Municipal, solicitou ao Segundo Secretário que  
85 procedesse à leitura do resumo da correspondência.

## 86 **2 - Expediente:**

87 O Segundo Secretário procedeu à leitura do resumo da correspondência recebida, no período de  
88 21 de outubro de 2017 a 14 de dezembro de 2017, que aqui se dá como reproduzido e transcrito,  
89 ficando arquivado em pasta anexa à ata, dela fazendo parte integrante.

90  
91 A Presidente da Assembleia, deu conhecimento que foram presentes à Mesa duas Moções,  
92 apresentadas pelo Deputado Filomeno Herlander, na última sessão.

93 - Moção A (Pelo Fim da Violência contra as Mulheres);

94 - Moção B (Pela Libertação dos Membros do Governo Regional da Catalunha).

95  
96 A Presidente da Assembleia, solicitou ao Deputado Filomeno Herlander que apresentasse as  
97 moções.

98 O Deputado Filomeno Herlander, referiu que não ia ler as moções, uma vez que as mesmas foram  
99 distribuídas por todos os Deputados. Disse que as moções foram apresentadas na última sessão,  
100 sendo que uma refere que comemora-se no próximo dia 25 de novembro o Dia Internacional pela  
101 Eliminação da Violência contra as Mulheres, e que esse dia já passou e por isso insistiu que  
102 fossem aprovadas na última sessão.

103 Seguidamente, a Presidente da Mesa colocou a Moção A (Pelo Fim da Violência contra as  
104 Mulheres) a discussão.

106 **Intervenções:**

107 O Deputado José Balona referiu que a moção está fora de contexto das decisões que se pedem  
108 por parte da Assembleia.

109 Em relação ao ponto 3 da moção, o Deputado lembrou que, o Município, em junho de 2014 aderiu  
110 como parceiro à RIVDAL-Resposta Integrada à Violência Doméstica no Alentejo Litoral, em 25 de  
111 novembro de 2014 fez uma ação de sensibilização subordinada ao tema “Pela eliminação da  
112 violência contra as mulheres”, em fevereiro e março de 2015 em todas as turmas do 3.º ciclo foram  
113 realizadas em contexto de sala de aula, sessões subordinadas ao tema “Violência no Namoro”, em  
114 abril de 2016 e de 2017 a CPCJ de Alcácer em colaboração com a Intervir.com e o Agrupamento  
115 de Escolas de Alcácer e do Torrão desenvolveu ações de sensibilização nas escolas sobre a  
116 problemática da violência no namoro, em maio de 2016 foi assinado o protocolo com a secretaria  
117 de Estado para a Cidadania e Igualdade, em novembro de 2016 foi realizado o “Fórum sobre  
118 Prevenção de Violência sobre Idosos e em dezembro de 2017 foi aprovado o Plano Intermunicipal  
119 para a Igualdade.

120 Acrescentou que o Município de Alcácer do Sal está atento a esta temática, está a ter atividades e  
121 os Deputados da CDU não vêem necessidade de aprovar esta moção, tendo em conta tudo o que  
122 está a ser feito no concelho.

123

124 O Deputado Filomeno Herlander referiu que ficou satisfeito com o que acabou de ouvir e que tudo o  
125 que já foi feito é louvável, mas enquanto houver uma mulher ou um homem que seja vítima de  
126 violência doméstica, o Município não deverá desistir desta ação, porque é um processo que não  
127 deve parar. Acrescentou que este é problema global da sociedade, não só de Alcácer do Sal e é  
128 um problema que não está resolvido e todas as ações que já se fizeram são louváveis mas não  
129 podem parar, a nível da educação, nas escolas e nas famílias, porque é aí que começa a questão  
130 da violência. Disse que, se o Deputado José Balona acha que por o Município já ter feito uma  
131 quantidade de coisas, o assunto está resolvido, acha que não e que este processo não pode parar.

132

133 O Deputado José Balona referiu que todos condenam a violência e todos estão sensíveis em  
134 relação a este tema. Esclareceu que enumerou factos realizados pelo Município relativamente ao  
135 que está a ser feito nesta matéria.

136

137 A Deputada Luzia Carvalho referiu que tanto a intervenção do Deputado Filomeno Herlander, com  
138 a moção, está a ser demasiado redutora, porque fala apenas na violência contra as mulheres.  
139 Disse que o Deputado sabe que há mais tipos de violência e tão graves quanto estes. Acrescentou  
140 que o Deputado José Balona fez uma cronologia das ações que vêm acontecendo sobre a

141 problemática da violência e não apenas desta que, é grave como todos sabem, referindo o que foi  
142 feito desde o ano de 2014 até dezembro de 2017, o que significa que o Município não está parado  
143 nesta problemática.

144  
145 O Deputado Serafim Inocêncio referiu que não vem tão bem documentado como os Deputados da  
146 CDU, porque não tinha conhecimento do conteúdo da moção, que é sobre a violência contra as  
147 mulheres e específica sobre este tema e não sobre outro tipo de violência. Disse que tinha  
148 conhecimento de que foram feitas várias atividades e várias iniciativas pelo Município,  
149 nomeadamente em relação à escola e sobre a violência no namoro, onde técnicos foram às  
150 escolas falar sobre essa temática. O Deputado informou que, os Deputados do PS, vão votar  
151 favoravelmente esta moção, porque acham que não é assim tão redutora, mas sim específica neste  
152 contexto, independentemente de haver outros tipos de violência, que repudiam.

153  
154 A Deputada Mariana Caixeirinho enalteceu o facto de, desde 2014, se estar a trabalhar nesta área,  
155 mas disse que muito antes também já se trabalhava e que os planos municipais para a igualdade já  
156 existem há muito tempo e ainda bem que de alguma forma este Governo fez com que estes planos  
157 também chegassem a alguns mais relutantes em relação a estas questões. Referiu que, a moção é  
158 referente ao passado dia 25 de novembro e que é uma chamada de atenção sobre a violência  
159 contra as mulheres. A Deputada disse que, repudiam todos os tipos de violência e que todos juntos  
160 consigam de alguma forma combater este flagelo.

161  
162 A Presidente da Assembleia referiu que o dia 8 de março está próximo e que está a ser organizada  
163 uma grande manifestação, na qual gostariam que todos participassem, porque seria uma forma de  
164 demonstrar que todos estão muito preocupados com este tema.

165  
166 O Deputado José Balona referiu que todos estão contra a violência sobre as mulheres e que a  
167 questão é a forma e conteúdo da moção. Disse que os pontos da moção devem ser retirados ou  
168 melhorados.

169  
170 O Deputado Filomeno Herlander referiu que, se os Deputados da CDU quiserem alterar a moção,  
171 está disponível para aceitar. Disse que, as ações a tomar são no sentido de dar continuidade ao  
172 que vem sendo feito.

173  
174 O Deputado Serafim Inocêncio referiu que de acordo com o que foi dito, a proposta dos Deputados  
175 do PS seria retirar o ponto 2 e no ponto 3 trocar a palavra desenhar por continuar.

177 O Deputado José Balona propôs que a moção deveria acabar onde diz “A Violência mata! Não  
178 podemos tolerar.” E que deveria ser acrescentado as entidades para onde se pretende enviar a  
179 moção.

180

181 O Deputado Filomeno Herlander referiu que, o Deputado José Balona parecia que estava a falar  
182 em nome da Câmara Municipal, quando enumerou todas as ações que foram realizadas. Disse que  
183 não concorda que não se coloque nenhuma ação, porque se não esta questão fica num vazio e  
184 que a Assembleia Municipal é soberana para tomar a sua decisão sobre esta situação.

185

186 A Presidente da Assembleia, questionou o Deputado Filomeno Herlander, se aceita a correção  
187 proposta.

188

189 O Deputado Filomeno Herlander disse que se não forem colocadas ações na moção não aceita a  
190 proposta.

191

192 O Deputado José Balona disse que como não vão ser feitas correções na moção os Deputados da  
193 CDU se irão abster.

194

195 A Presidente da Assembleia, colocou a votação a moção que foi apresentada à Mesa.

196 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 13 abstenções dos eleitos pela CDU, 10 votos a favor dos**  
197 **eleitos pelo PS, 1 voto a favor do eleito pela Coligação “Viver Alcácer “e 1 voto a favor do eleito**  
198 **pelo BE.**

199

200 Seguidamente, a Presidente da Mesa colocou a Moção B (Pela Libertação dos Membros do  
201 Governo Regional da Catalunha) a discussão, não havendo intervenções colocou a Moção a  
202 votação.

203 **Deliberação: Rejeitada por Maioria, com 13 votos contra dos eleitos pela CDU, 10 abstenções dos**  
204 **eleitos pelo PS, 1 abstenção do eleito pela Coligação “Viver Alcácer “e 1 voto a favor do eleito pelo**  
205 **BE.**

206

207 O Deputado Serafim Inocêncio, em relação ao envio da documentação, referiu que recebeu a  
208 convocatória e toda a documentação via email mas, foi referido na última sessão que havia alguns  
209 constrangimentos em relação a receber a documentação. Disse que não teve hipótese de imprimir  
210 toda a documentação que era necessária para esta sessão e que no Regimento, no artigo 16,  
211 ponto 5, diz que juntamente com a ordem do dia deverão ser enviados todos os documentos que  
212 permitam a todos os Deputados Municipais a participação na discussão das matérias nelas

213 constantes. Acrescentou que, no ponto 6, diz que no caso dos documentos de grande volume a  
214 Mesa disponibiliza uma cópia integral em papel, a cada um dos representantes dos grupos  
215 municipais e que no ponto 8 refere que a documentação poderá ser enviada em formato digital, em  
216 substituição dos procedimentos nos constantes no nº 4 e 5, mas nunca diz no nº 6. O Deputado  
217 disse que deveriam ter mais algum cuidado neste contexto e pelo menos ter um exemplar em  
218 papel.

219  
220 A Presidente da Assembleia disse que desconhecia essa situação e pensava que a documentação  
221 tinha sido enviada de acordo com o que tinha sido combinado. Referiu que foi uma falha que vão  
222 corrigir e que vai ser enviado um exemplar em papel, mas uma vez que não receberam esse  
223 exemplar em papel, os Deputados poderiam ter pedido ao secretariado essa cópia.

224  
225 O Deputado Serafim Inocência referiu que falou com a Dina Sardo, que teve o cuidado de lhe  
226 telefonar a perguntar se tinham recebido a documentação. Disse que quando recebeu a  
227 documentação na quinta-feira à tarde, ainda esperou que lhe fosse entregue uma cópia em papel,  
228 o que não veio a acontecer. Solicitou para que na próxima sessão não haja essa falha.

229  
230 O Deputado António Grilo referiu que, como vão continuar a receber a documentação em suporte  
231 digital, remeteu para o Regimento, artigo 102, ponto 2, que refere que a Assembleia Municipal  
232 dispõe igualmente de instalações e equipamentos necessários ao seu funcionamento e  
233 representação a disponibilizar pela Câmara Municipal. Disse que, tendo em consideração que vão  
234 continuar a receber a documentação em suporte digital é necessário garantir a todos os Deputados  
235 equipamentos informáticos, disponibilizando computadores a todos ou disponibilizar discos  
236 externos onde se possa armazenar a informação que é enviada por email e garantir que nos dias  
237 das sessões os Deputados têm acesso a computadores para poderem trabalhar, porque não estão  
238 a ser dadas as garantias e a ser cumprido o que está estabelecido no Regimento.

239  
240 A Presidente da Assembleia, disse que gostariam que houvesse condições para isso tudo, era o  
241 ideal, mas todos sabem que não é fácil.

242  
243 O Deputado António Grilo referiu que então se deve enviar a documentação em papel para garantir  
244 que os Deputados têm acesso à informação, porque nem toda a gente tem um computador.

245  
246 A Presidente da Assembleia, em relação ao artigo 102, referiu que tem dúvidas se aplica a toda a  
247 Assembleia ou se é só à Mesa. Disse que registou a nota do Deputado e que a Mesa vai ver essa  
248 questão com o executivo da Câmara.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

249 O Deputado José Balona, referiu que todos desejam que haja todas as condições e que a Câmara  
250 até poderia disponibilizar computadores para todos, mas infelizmente e, tendo em conta que no  
251 concelho grande parte das pessoas não sabe ler nem escrever, para as próximas campanhas  
252 eleitorais se devem escolher pessoas candidatas para as listas que saibam trabalhar com  
253 computadores.

254

255 A Deputada Mafalda Panóias referiu que se deve alterar o Regimento em relação ao tempo dos 60  
256 minutos e em relação ao equipamento para trabalhar. Disse que não conseguiu imprimir a  
257 documentação que foi enviada para esta sessão.

258

259 A Presidente da Assembleia, lembrou a Deputada Mafalda Panóias que está uma comissão a tratar  
260 da revisão do Regimento.

261

262 O Deputado Manuel Rocha, em relação à revisão do Regimento, disse que neste momento o  
263 Regimento está em discussão, há uma proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda e estão a  
264 aguardar propostas do Partido Socialista e que estas propostas podem ser colocadas nas  
265 alterações.

266

267 O Deputado Serafim Inocêncio referiu que quando falaram na reunião sobre o Regimento o  
268 Deputado do BE fez várias sugestões e que o PS não apresentou propostas, assim como a CDU  
269 também não apresentou. Disse que o documento está em discussão é um documento em aberto e  
270 partilhado e que vão apresentar propostas na próxima reunião.

271

272 O Deputado Manuel Rocha referiu que, nessa reunião, informou que a Bancada da CDU entendia  
273 que não havia necessidade de se fazer alterações ao Regimento. Disse que, as propostas  
274 apresentadas nesta sessão podem ser refletidas num documento a entregar na comissão.

275

276 A Deputada Mariana Caixeirinho, disse que a questão dos 60 minutos deve estar no Regimento,  
277 mas que no entanto ser depois posto à consideração se os Deputados querem, ou não, a  
278 continuidade desse tempo de intervenção.

279

280 A Presidente da Assembleia, disse que os 60 minutos estão no atual Regimento e que os trabalhos  
281 são dirigidos pela Mesa.

282

283

284



285 **INTERPELAÇÃO AO EXECUTIVO**

---

286 A Presidente da Assembleia, informou os Deputados que estava aberto o período de interpelação e  
287 colocação de questões ao executivo.

288 O Deputado Jacinto Vinagre referiu que como é do conhecimento de todos, o país tem estado a  
289 atravessar uma seca severa, que tem sido bastante sentida no concelho. Disse que teve  
290 conhecimento que Deputados do Grupo Parlamentar do PCP visitaram o concelho, recentemente,  
291 e posteriormente a Comissão do Ambiente e respetivo Secretário de Estado também. Solicitou  
292 informações se à propostas por parte do Secretário de Estado, no sentido de minorar os efeitos da  
293 seca no concelho.

294  
295 O Deputado Ricardo Campos, em relação à reunião que o Presidente da Câmara teve com a  
296 Ministra da Justiça, questionou que propostas foram feitas e em relação à proposta de haver  
297 magistrados do Ministério Público, no Tribunal de Alcácer do Sal, o que é que a Ministra  
298 esclareceu.

299  
300 A Deputada Sara Guerreiro, em relação à aldeia de Santa Catarina, alertou para a falta de  
301 passadeiras, falta de reparação ou de substituição da estrutura de ferro na ponte da ribeira, falta de  
302 reparação das bermas da estrada entre o cruzamento e a aldeia e, também para a falta de limpeza  
303 da zona envolvente ao campo de futebol.

304 Em relação à zona do Pego do Altar, a Deputada disse que tendo em conta que um dos  
305 compromissos do executivo na campanha eleitoral foi a promoção de rios e barragens como fontes  
306 de vida, devem ser criadas as condições necessárias ao seu desenvolvimento. Solicitou a  
307 reparação da estrada de acesso à barragem, que está em mau estado e alertou para o risco de  
308 queda de um pinheiro de grande porte que se encontra inclinado para a estrada.

309 A Deputada Sara Guerreiro referiu que, também falta tratamento na água que abastece os  
310 habitantes do Pego do Altar. Solicitou esclarecimentos se está a ser desenvolvido algo nesse  
311 sentido, porque as pessoas continuam sujeitas a desenvolver problemas de saúde devido à falta de  
312 intervenção do executivo, pois mesmo que as pessoas não a consumam porque foram informadas  
313 que a água não estava em condições para consumo, acaba na mesma por ter efeitos negativos. A  
314 Deputada, devido à gravidade da situação, exigiu uma resposta urgente quanto a esta questão.

315 A Deputada Sara Guerreiro referiu que falta sinalização em frente à escola dos Telheiros que alerte  
316 os condutores para a redução de velocidade e que seria de louvar a colocação de lombas  
317 redutoras de velocidade ou de sinalização luminosa.

318 Em relação às habitações sociais no Bairro de São João, a Deputada solicitou esclarecimentos  
319 quanto à situação de entrega das mesmas às famílias mais carenciadas.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

320 A Presidente da Assembleia, solicitou aos Deputados que sejam sucintos.

321

322 O Deputado Serafim Inocêncio referiu que, no mandato anterior, em julho de 2014, foi à  
323 Assembleia Municipal uma proposta, na qual o executivo cedia gratuitamente o direito de superfície  
324 de terrenos à CERCITOP. Considerando que essa proposta referia que as escrituras seriam  
325 realizadas no prazo máximo de 180 dias, após a celebração dos contratos de promessa de  
326 cedência e que o início das obras seria de 24 meses após a assinatura do contrato de 24 meses e  
327 a sua conclusão no prazo de 5 anos, sob pena de a Câmara poder reverter a cedência. Questionou  
328 qual é a situação desse contrato de cedência, se foi efetuado, se ainda está em vigor ou se já  
329 cessou em função do que está escrito.

330 O Deputado Serafim Inocêncio referiu que, esperou por este orçamento para ver se estava  
331 consignado a construção da ETAR em Albergaria. Disse que, os esgotos correm livremente de uma  
332 fossa séptica comum à aldeia, por uma vala, que quando atinge o limite é despejada por uma carro,  
333 o que acontece quase todos os dias, mas basta chover muito ou estar o carro avariado, que esta  
334 situação torna-se uma questão de saúde pública, afetando também os terrenos agrícolas e também  
335 os animais, sendo que um animal adoeceu devido a essa questão. Questionou se o executivo já  
336 tinha conhecimento desse assunto ou se só teve conhecimento depois de o proprietário dos  
337 animais ter feito queixa na Câmara. Disse que a vala foi resguardada com uma vedação e que foi  
338 dito ao proprietário que a situação ficava resolvida durante um tempo.

339

340 O Deputado António Grilo, referiu que de acordo com o estatuto do direito da oposição,  
341 nomeadamente o seu artigo 6º e, considerando que a atividade dos grupos municipais é de  
342 interesse público relevante, a bancada dos Deputados eleitos pelo PS exige junto do executivo  
343 municipal que sejam garantidas as necessárias condições para a divulgação da atividade dos  
344 grupos municipais na publicação regular designada por jornal municipal, no site e na página do  
345 facebook do Município.

346 O Deputado António Grilo, disse que de acordo com alínea a), no ponto 2, do artigo 2º, do  
347 Regimento da Assembleia Municipal e, tendo em conta que os recursos humanos deveriam ser o  
348 ativo mais importante e deveriam ser geridos com integridade, humanidade e competência, gostaria  
349 que fosse demonstrado porquê é que o recurso humano mais qualificado do serviço de turismo, o  
350 funcionário Rui Damião, foi transferido para a Biblioteca Municipal, sem que para isso houvesse de  
351 quem de direito qualquer esclarecimento. Acrescentou que muito se tem dito sobre esta situação,  
352 inclusive nas reuniões de Câmara e por isso solicitou informação sobre esta decisão.

353

354 O Deputado Filomeno Herlander, em relação à atribuição das casas de habitação social no Bairro  
355 de São João, questionou sobre quantas casas é que estão disponíveis para serem atribuídas, quais  
356 são os critérios de atribuição e se já estão prontas. O Deputado questionou, também quanto é que  
357 o Município recebe do Estado para atribuição à CPCJ, como faz a distribuição e informações sobre  
358 toda essa temática que envolve a CPCJ.

359  
360 O Deputado Gonçalo Nunes, no seguimento da visita do Secretário de Estado do Ambiente à  
361 Barragem do Pego do Altar, solicitou ao Presidente da Câmara informações sobre essa visita.  
362 Questionou, também, qual é o estado atual das ETAR do concelho, tendo em conta o reduzido  
363 caudal de água nas barragens e mesmo no rio, é de extrema importância que as ETAR estejam a  
364 funcionar bem e que haja um aumento do controlo da qualidade das águas que é enviada para o  
365 Rio Sado.

366 O Deputado Gonçalo Nunes questionou para quando está previsto o início da construção da ETAR  
367 da Comporta, que também é uma obra anunciada e que urge iniciação.

368 Informou que, esteve presente com o Deputado José Balona numa conferência, onde foi dito que  
369 existem indícios de cobre no solo do Rio Sado.

370 Disse que, o impacto das alterações ambientais, da falta de ETAR e do funcionamento das ETAR  
371 existentes, provocou alterações na classificação na zona de produção de bivalves no Rio Sado, o  
372 que neste momento inibe algumas pessoas de exercer as suas atividades piscatórias na captura de  
373 algumas espécies.

374  
375 O Deputado Manuel Rocha referiu que a realização do Mercadinho de Natal tem sido uma mais-  
376 valia para a dinâmica da cidade, pela envolvência que tem e a dinâmica que veio trazer. Desejou  
377 que se repita por mais anos.

378  
379 A Deputada Mafalda Panóias referiu que, o pré-escolar tem menos 2 auxiliares a trabalhar e tem  
380 menos 1 pessoa a meio tempo. Questionou se a Autarquia está a ponderar contratar alguém.

381 Em relação à piscina municipal descoberta, a Deputada disse que a sua preocupação maior é uma  
382 fossa que está na zona, que tem um cheiro nauseabundo e que é uma questão de saúde pública.  
383 Considerou que, deveriam resolver essa situação, visto que o Parque de Campismo está sempre  
384 esgotado e que a piscina tem muita utilização.

385  
386 A Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões  
387 colocadas.

388 O Presidente da Câmara, em relação às casas no Bairro de São João, referiu que já está  
389 reconstruída a primeira de cinco casas e que no início de janeiro a Câmara vai votar uma proposta  
390 de regulamento, para atribuir através de regulamento essas cinco casas.

391 Relativamente à questão da Seca, o Presidente disse a Comissão Parlamentar de Ambiente e  
392 Ordenamento de Território, composta por onze Deputados de todos os partidos políticos e o  
393 Secretário de Estado do Ambiente deslocaram-se a Alcácer do Sal para verificar a situação grave  
394 que se está a viver na bacia do Sado e em particular no concelho. Referiu que, no dia seguinte  
395 houve um debate parlamentar em plenário relativamente a esta matéria, não conhece os resultados  
396 do debate e que o Presidente da Comissão Parlamentar transmitiu que a Comissão depois  
397 partilharia com o Município aquilo que fossem questões a colocar.

398 Informou que, nesse dia, da parte da tarde houve no Salão Nobre do Município uma audiência  
399 parlamentar, onde estiveram diversas entidades, que deram uma panorâmica muito interessante e  
400 muito profunda sobre a gravidade da situação que se vive ao nível de reservas de água.  
401 Acrescentou que todos sabem o peso que Alcácer do Sal tem na produção nacional de arroz, onde  
402 30% do arroz nacional é produzido em Alcácer do Sal e que o arroz é uma cultura que consome  
403 muita água e com a agravante de grande parte dos terrenos serem com teores elevados de sal, o  
404 que não permitem outras culturas. Disse que, há um condicionamento agravado por a Barragem do  
405 Pego do Altar não permitir de forma direta abastecimento a partir da EDIA e, que em relação à  
406 Barragem de Vale do Gaio foram explicadas as dificuldades que existem relativamente ao  
407 abastecimento direto a partir do Alqueva.

408 O Presidente referiu que os produtores colocaram a questão do preço da água, que atualmente  
409 com água que está nas barragens representa cerca de 20% dos fatores de produção e que se vier  
410 água do Alqueva com os valores que têm neste momento, passaria para 40% dos fatores de  
411 produção.

412 Referiu que, essa visita foi importante, não apareceram soluções, mas apareceram ideias por parte  
413 da Associação de Regantes e por parte dos agricultores, que algumas delas têm que ser  
414 equacionadas a médio/longo prazo, como por exemplo o aproveitamento de água do rio com  
415 processo de separação de água doce e água salgada. Há medidas de curto prazo que os  
416 agricultores estão a colocar relativamente a financiamento e linhas de crédito, e com o  
417 aproveitamento das charcas, porque há muita água.

418 Sobre a reunião com a Ministra da Justiça, o Presidente disse que lhe transmitiu que não aceita  
419 que o Tribunal de Alcácer do Sal não tenha magistrado do Ministério Público permanente e que o  
420 Tribunal estar despejado de um Magistrado Judicial e de um Magistrado do Ministério Público não  
421 ajuda a justiça nem a proximidade da justiça, com a agravante de ter um Tribunal que está em boas

422 condições, a funcionar sem o trabalho que deveria ter. Defendeu a colocação a tempo inteiro de um  
423 Magistrado do Ministério Público, que deveria efetuar a instrução dos processos, que neste  
424 momento são feitos em Grândola. Informou que, a Ministra lhe disse que não há condições para ter  
425 um Magistrado do Ministério Público no Tribunal de Alcácer do Sal. O Presidente referiu que já  
426 tinha falado com o Procuradora distrital, que partilha também da sua opinião, relativamente à  
427 colocação de um magistrado do ministério público. Referiu que, disse à Ministra, que desde o  
428 século XVII já se fazia julgamentos em Alcácer do Sal, que tem um Tribunal em condições e que  
429 esta é uma matéria que vão continuar a seguir.

430 Relativamente às questões de Santa Catarina, disse que tomou nota de tudo aquilo que foi  
431 colocado.

432 Sobre o Pego do Altar, o Presidente referiu que, infelizmente, hoje a barragem do Pego do Altar e a  
433 de Vale do Gaio, não estão a ser fontes de vida e, que foram retirados quase 40 toneladas de  
434 peixe, porque se não a carga poluente com os peixes mortos agravava toda a situação.

435 Em relação à reparação da estrada de acesso ao Pego do Altar e ao risco da queda do pinheiro, o  
436 Presidente disse que vão sinalizar essas situações para depois tomar medidas.

437 Sobre a questão da CERCITOP, referiu que a mesma apareceu com a intenção de investir no  
438 Município de Alcácer do Sal e que foi aprovado a cedência de terreno para se porventura  
439 obtivessem autorizações e financiamento para investir e constituir uma unidade de cuidados  
440 continuados ou uma unidade de saúde mental. Informou que, a escritura ainda não foi feita e que  
441 se deve continuar a ter o terreno em reserva, mas se porventura surgir alguma IPSS ou entidade  
442 que queira investir naquela zona e naquele terreno a situação será reavaliada.

443 Relativamente à questão sobre o funcionário Rui Damião, o Presidente disse que registou que  
444 nunca tinha ouvido a adjetificação feita pelo Deputado António Grilo, de que o funcionário era o  
445 melhor ativo do turismo. Referiu que não sabe qual é o ranking que permitiu ao Deputado efetuar  
446 essa afirmação e que não tem ranking para ver se é o melhor, ou se é o pior. O Presidente disse  
447 que as mobilidades acontecem e aconteceram no passado e que podia dar vários números que  
448 dispõe. Acrescentou que a mobilidade faz parte de qualquer organismo da administração, tal como  
449 no desporto, nas associações e nas entidades diversas, quando se justifica. Neste caso, o  
450 funcionário passou para o seu cargo de origem e para o qual foi admitido, que foi a área das  
451 bibliotecas. Referiu que, pelo que tem conhecimento, o funcionário está bem integrado e faz falta  
452 às bibliotecas.

453 Sobre a questão da ETAR de Albergaria e das diversas ETAR, o Presidente referiu que Alcácer do  
454 Sal tem um conjunto de ETAR que necessitam de intervenções de fundo mas, Alcácer do Sal tem  
455 outros tipos de problemas na área ambiental. Disse que, tem problemas complicados, tais como os

456 Municípios do Alentejo, de abastecimento de água em baixa, ruturas e redes obsoletas. Informou  
457 que, no mandato anterior, muitos Municípios do Alentejo, não conseguiram investir no que respeita  
458 à em baixa e os investimentos que houve foi na alta.

459 O Presidente disse que a rede da ETAR de Albergaria está estimada em 600 mil euros e há  
460 necessidade de mais algumas ETAR. Informou que, no mandato anterior, foi construída uma ETAR  
461 em Rio de Moinhos e foram substituídas redes em Santa Catarina, na Fonte Nova e no Batão, em  
462 financiamento comunitário.

463 Referiu que, esta matéria tem sido abordada, já foi apresentada à ERSAR e ao Ministério do  
464 Ambiente as necessidades que os Municípios do Alentejo têm relativamente a financiamentos para  
465 a água em baixa e para as redes de saneamento. Disse que, espera que dentro de pouco tempo os  
466 Municípios possam ter acesso a financiamentos a fundo perdido para a renovação redes, para  
467 novas redes de saneamento e para novas estações de tratamento de águas residuais.

468 O Presidente da Câmara solicitou à Presidente da Assembleia, que fosse dada a palavra aos  
469 Vereadores Ana Luísa Soares, Manuel Vítor e Nuno Pestana para responder a questões  
470 colocadas.

471 A Vereadora Ana Luísa Soares, sobre a questão da fossa séptica ao pé da piscina municipal  
472 descoberta, referiu que identificaram o problema e fizeram uma intervenção depois da época  
473 balnear. Disse que, quando foi construído o Parque de Campismo optaram por construíram uma  
474 fossa séptica e que agora com já existe rede de esgoto naquela zona, anularam a fossa séptica e  
475 ligaram diretamente à conduta de esgoto. Informou que, depois verificaram que o mau cheiro, não  
476 era da fossa, mas sim de uma ligação ilegal do estabelecimento comercial à conduta pluvial, que  
477 também já foi resolvido.

478 No que respeita à ETAR da Comporta, a Vereadora disse que é uma obra em que o Município  
479 insistiu com as Águas Públicas do Alentejo para a sua construção, o concurso público foi lançado e  
480 concorreu apenas uma empresa e o concurso diz respeito à execução do projeto e à execução da  
481 obra. Referiu que, não pode informar quando é que a obra vai começar porque o prazo da  
482 execução do projeto ainda não está finalizado e depois ainda há a execução da obra, caso as  
483 Águas Públicas do Alentejo aprove a solução. Acrescentou que, os terrenos da Herdade da  
484 Comporta já estão a ser tratados e que o Presidente da Câmara teve uma intervenção muito ativa  
485 nesse processo, porque foi complicado a cedência dos terrenos, na fase em que a Herdade da  
486 Comporta está.

487 Em relação aos indícios de cobre, disse que a poluição no Rio Sado é uma questão que os  
488 preocupa bastante e preocupa também os pescadores que necessitam do rio para subsistir. Referiu  
489 que é uma matéria que acompanha e existe um projeto que está a ser desenvolvido em que estão

ay

490 a tentar perceber e fazer estudos epidemiológicos para tentar conseguir perceber as  
 491 contaminações e as vias de contaminação do pescado que é recolhido naquela zona, de forma a  
 492 minimizar estes problemas.

493 Sobre o de abastecimento de água no Pego do Altar, a Vereadora referiu que o Pego do Altar é um  
 494 terreno do estado que está cedido à Associação de Regantes e a competência do Município é  
 495 servir a população nos espaços públicos e nos espaços privados até ao seu limite de terreno  
 496 público, o que não quer dizer que não se consiga encontrar uma solução em parceria. Informou que  
 497 em 2013, quando tomaram posse, apareceu uma fatura da Associação de Regantes para pagar um  
 498 furo que tinha sido feito com indicações do Município, um depósito que estava dentro de uma  
 499 barraca, em que a água ia por gravidade para a casa das pessoas. Para efetuar o pagamento  
 500 dessa fatura teve de ver se havia algum protocolo, e como não havia nada, chamou o Presidente  
 501 da Associação de Regantes para ter informações desse processo, que lhe disse que existia um  
 502 acordo verbal entre o Município e a Associação e que a Associação substituiu-se ao Município na  
 503 aquisição de um furo e que depois o Município pagaria o furo e o depósito e fazia a rede predial até  
 504 à casa das pessoas e depois começava a cobrar a água. A Vereadora referiu que pediu uma  
 505 avaliação jurídica desse processo e que em dezembro de 2013 foi feito um comunicado dizendo  
 506 que o Município não assumia qualquer responsabilidade com a água que estava a ser colocada na  
 507 casa das pessoas, na zona do Pego do Altar. Informou que juridicamente o que lhe foi dito foi que o  
 508 Município pode ser parte da solução, mas não deve ser o motor para que as coisas sejam  
 509 efetuadas, porque é um terreno particular, tem de partir do dono e o Município tem de ser um  
 510 catalisador e uma ajuda para que as coisas de efetivem. Referiu que, no mês passado receberam  
 511 um ofício da Autoridade de Saúde a colocar algumas questões sobre a água no Pego do Altar e  
 512 que foi respondido que o Município estará disponível para encontrar uma solução desde que seja  
 513 em parceria e que os promotores e os interessados também mostrem interesse de forma a  
 514 encontrarem uma solução partilhada. A Vereadora informou que, não fizeram o pagamento do furo,  
 515 nem do depósito porque não há forma legal de o Município efetuar um pagamento de coisas que  
 516 não estavam documentadas.

517 Sobre a questão da fossa séptica em Albergaria, referiu que estão a falar de uma fossa muito  
 518 antiga, que foi construída para um terço das casas que lá estão atualmente, e que não tem  
 519 capacidade para receber aquele caudal de águas residuais, o que obriga o camião a deslocar-se  
 520 com muita regularidade para retirar as águas residuais. Disse que, não é a solução ideal e que por  
 521 isso assumiram numa das Assembleias Municipais, do passado mandato, que iriam avançar com o  
 522 projeto. Informou que o projeto está feito, foi entregue à APA para licenciamento e depois ainda há  
 523 uma questão operacional que é a negociação com o proprietário do terreno. Informou que, também

524 já tem o projeto da ETAR da rede de águas pluviais, da rede de esgotos e da rede de águas dos  
525 Foros de Albergaria. Referiu que, ter os projetos prontos é muito importante porque se houver a  
526 possibilidade de o Município se candidatar a fundos comunitários e se os avisos saírem em cima da  
527 hora, o Município tem todas as condições para poder concorrer.

528 Em relação a algumas questões colocadas pela Deputada Sara Guerreiro, a Vereadora Ana Soares  
529 referiu que a União de Freguesias enviou um ofício identificando essas situações. Informou que, a  
530 reparação na ponte da ribeira já foi feita e, que foram enviadas outras questões para o Vereador  
531 Manuel Vítor se pronunciar, outras foram registadas para agendar quando houver oportunidade.  
532

533 O Vereador Manuel Vítor, sobre a questão sobre a sinalização em frente à escola dos Telheiros,  
534 referiu que nunca houve nenhuma reclamação sobre essa matéria e que vai analisar a situação  
535 para ver se realmente existe alguma falta.  
536

537 A Deputada Sara Guerreiro, disse que as pessoas não respeitam o limite de velocidade e se  
538 houvesse algumas lombas redutoras ou sinalização poderia ser que respeitassem.  
539

540 O Vereador Manuel Vítor, disse que vai pedir para os serviços analisarem tecnicamente a situação.  
541 Em relação á questão da CERCITOP, informou que o terreno foi disponibilizado, foi feito o  
542 loteamento e que só haveria escritura se o processo avançasse.

543 Sobre a questão da falta de pessoal nas escolas, o Vereador Manuel Vítor referiu que se prende  
544 com baixas médicas no Centro Pré-escolar de Alcácer e também na Escola Pedro Nunes, são  
545 processos administrativos e que foram desenvolvidos junto do Centro de Emprego de Alcácer. O  
546 Vereador garantiu que, no dia 3 janeiro, aquando da abertura das aulas serão reforçados com  
547 pessoal auxiliar estes dois estabelecimentos escolares.  
548

549 O Vereador Nuno Pestana, sobre a questão da CPCJ, informou que a Câmara recebe por ano para  
550 manutenção da CPCJ 19.333 euros e tem uma despesa por ano de 47 mil euros, sendo que neste  
551 valor está incluído os recursos humanos, a manutenção do edifício e custos com as atividades que  
552 a CPCJ desenvolve por ano.  
553

554 O Deputado António Grilo referiu que sobre a questão do direito de participação e a utilização dos  
555 meios de divulgação do Município não obteve resposta. Relativamente à questão do porquê da  
556 mobilidade do funcionário, referiu que o funcionário era o recurso humano mais qualificado do  
557 serviço de turismo e que isso pode ser aferido de várias formas, começando pela classificação que  
558 lhe é atribuída anual, mas que há muitas outras formas de o verificar.  
559



560 O Presidente da Câmara, referiu que a gestão dos recursos humanos compete à Câmara e a  
561 Câmara tem uma noção relativamente às necessidades que existem e que há uma coisa que  
562 seguramente não tem na gestão dos recursos humanos, que são mitos porque mitos não existem.  
563 Em relação à questão do direito de participação e ao estatuto do direito de oposição disse que  
564 conhece muito bem o que está transcrito e disse que pugnou no mandato anterior pelo estatuto do  
565 direito de oposição por quem era abrangido e neste mandato o Município vai seguir e vai ter conta  
566 o que é o estatuto do direito de oposição, que vai ser exercido da forma que está estabelecido.  
567 Acrescentou que, os órgãos do Município não são, nem serão em algum momento órgãos que  
568 reportem às forças políticas. Disse que, os partidos políticos devem ter os seus meios de  
569 comunicação para divulgar as suas propostas.  
570

571 A Presidente da Assembleia referiu que falta na convocatória o Relatório de Atividades da Câmara  
572 Municipal, porque houve um espaço de tempo muito curto entre a tomada de posse e a data de  
573 esta sessão.  
574

#### 575 **ORDEM DO DIA**

---

576  
577 ***01 - Análise e conhecimento da informação referente à Resolução do XXIII Congresso da***  
578 ***Associação Nacional de Municípios Portugueses;***

579 **Tomado Conhecimento.**

580 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará  
581 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.  
582

583 ***02 - Análise e conhecimento da informação referente ao relatório do Revisor Oficial de Contas***  
584 ***sobre a situação económica e financeira do Município, referente ao 1.º semestre de 2017;*** (Tomado  
585 Conhecimento na reunião de Câmara realizada no dia 23/11/2017)

586 A Informação foi apresentada pelo Presidente da Câmara.

587 **Tomado Conhecimento.**

588 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará  
589 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.  
590

591 ***03 - Análise e conhecimento da informação referente ao relatório de monitorização do segundo ano***  
592 ***de vigência da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Alcácer do Sal;*** (Tomado  
593 conhecimento na reunião de Câmara realizada no dia 14/12/2017)

594 A informação foi apresentada pelo Presidente da Câmara

595 **Tomado Conhecimento.**

596 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará  
597 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

598

599 **04 - Análise e votação da proposta referente à área de reabilitação urbana do Torrão;** (documento  
600 aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 28/09/2017)

601 A proposta foi apresentada pelo Presidente da Câmara.

602 A Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

603 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

604 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
605 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

606

607 **05 - Análise e votação da proposta referente acordo de execução de delegação de competências**  
608 **na União das Freguesias de Alcácer do Sal, previstas no n.º1 do artigo 132.º da Lei 75/2013, de 12**  
609 **de setembro;** (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 14/12/2017)

610 A Presidente da Assembleia propôs que os acordos de execução e os contratos  
611 interadministrativos fossem discutidos globalmente mas votados separadamente.

612 As propostas foram apresentadas pelo Presidente da Câmara e pela Vereadora Ana Luísa Soares.

613 O Deputado António Grilo questionou a atribuição de verbas para o Pré-escolar dos Telheiros, para  
614 o Pré-escolar da Escola Pedro Nunes e o Pré-escolar de Palma, com atribuição de dotações  
615 financeiras e pensa que estas respostas não existem no ano de 2018, referiu o Centro Pré-escolar  
616 do Morgadinho e se era o somatório destes valores.

617 O Deputado solicitou ainda ao executivo um mapa com as manchas, identificando as áreas que  
618 estavam a ser delegadas, para se perceber exatamente qual a responsabilidade da Junta de  
619 Freguesia naquele sítio e salientou que esse documento iria enriquecer os contratos e acordos.

620 O Presidente da Junta de Freguesia do Torrão referiu que depois de ver todos os acordos de  
621 execução e os quais só teve conhecimento depois de ter aceite o acordo de execução relativo à  
622 Freguesia do Torrão, referiu assim que a freguesia estava a ser penalizada, pois não existem  
623 recursos humanos afetos à Freguesia, para desempenho dos serviços das competências que são  
624 delegadas, assim a Junta de Freguesia será penalizada. Disse que as verbas não estavam  
625 corretas, pois não tinham sido distribuídas equitativamente relativamente à descentralização das  
626 competências. Nos últimos quatro anos existia um acordo de execução em que os serviços eram  
627 feitos pelos serviços da Câmara e a Junta de Freguesia recebia esse valor, e segundo o que lhe  
628 tinha sido dito pelo Sr. Presidente da Câmara o mesmo já não iria suceder, deveria de existir uma  
629 certa razoabilidade e justiça relativamente à Freguesia do Torrão. Apesar de ter assinado e a sua

aj

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

---

630 palavra era só uma referiu que o Torrão estava a ser penalizado relativamente às outras  
631 freguesias.

632 A Deputada Mariana Caixeirinho referiu as discrepâncias que existem nos acordos de execução e  
633 que a Freguesia do Torrão está a ser discriminada em função das outras freguesias.

634 A Deputado salientou que a Freguesia do Torrão tinha visto o orçamento diminuído em mais de  
635 cinquenta por cento e tendo em conta que a legislação é do ano de 2013, e o procedimento que foi  
636 aplicado não é mesmo, que foi aplicado no mandato anterior e isso tem a ver com a cor política que  
637 a Junta de Freguesia teve como escolha, já que não existe qualquer justificação em termos de  
638 recursos materiais e humanos para que as competências tenham sido retiradas. No orçamento  
639 tinha sido retirado a verba para a Feira de Agosto e gostavam de saber o porquê.

640 O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho felicitou o executivo pelos acordos de  
641 execução, relativamente à Freguesia de São Martinho. Referiu que em 2009, quando iniciou as  
642 suas funções como Presidente da freguesia, já existia um protocolo assinado com a Câmara  
643 Municipal e no ano seguinte tentaram negociar o protocolo, sendo que na altura se sentiram  
644 discriminados relativamente a outras Juntas de Freguesia, nomeadamente a Freguesia do Torrão  
645 e uma das reivindicações que na altura tinha sido feita, já que existia um assistente operacional  
646 que não fazia nada, simplesmente recebia o salário no fim do mês, pois tinha feito essa  
647 reivindicação ao protocolo. Na altura tentou negociar com o Sr. Vereador Gabriel Gerado mas sem  
648 sucesso, já que o mesmo colocou os interesses pessoais e políticos e por último o interesse da  
649 população.

650 O Deputado António Grilo referiu que o Presidente da Junta de São Martinho tinha assumido que  
651 tinha sentido algum tipo de discriminação, tal como a Junta de Freguesia do Torrão se sente  
652 discriminada e salientou que esta junta de 2011 a 2015, tinha recebido do município de Alcácer do  
653 Sal cerca 45 mil euros, em 2016 e 2017 tinha recebido cerca de 44 mil euros e o que se propõe  
654 para 2018 para esta freguesia são cerca de 19 mil euros, sendo das quatro freguesias a que terá  
655 um pacote financeiro mais baixo e a única que não tem um único funcionário em mobilidade do  
656 quadro da Câmara Municipal e inclusive tinha saído do protocolo, a feira anual do Torrão.

657 Referiu que não queria que nenhuma Junta de Freguesia se sentisse discriminada, e deu como  
658 exemplo a época festiva em que as crianças do Torrão não tinham tido acesso ao que as da cidade  
659 tinham tido, nomeadamente as atividades de Natal.

660 O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, usou da palavra para esclarecer que não  
661 tinha referido que a Junta de Freguesia do Torrão estava a ser discriminada.

662 O Presidente da Junta de Freguesia do Torrão salientou que eram feitos certos serviços na  
663 freguesia, pelo município e que tinham deixado de ser feitos, relativamente a limpeza do terrado da

664 feira, limpeza das casas de banho públicas, e há cerca de dez anos que as verbas eram  
665 transferidas e os serviços executados pelo município e relativamente à mobilidade dos funcionários  
666 é a única freguesia que não têm direito a mobilidade de funcionários.

667 Conclui dizendo que tinha assinado os acordos de execução e os contratos interadministrativos e  
668 tinha aceitado e que só tinha uma palavra, mas estava profundamente desacreditado,  
669 relativamente a esta situação.

670 A Vereadora Ana Luísa Soares disse que relativamente à tabela da UFAS, o número de crianças  
671 estava correto e que iriam regularizar os transportados de Palma e colocá-los No Centro Pré-  
672 escolar do Morgadinho.

673 Relativamente à questão levantada pelo Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, disse que se  
674 fechasse os olhos, diria que estava a falar com outra pessoa, pois a pessoa que estava aqui hoje,  
675 não era a mesma que tinha estado na discussão dos acordos de execução, e se existia um  
676 desacordo tão grande sobre os acordos de execução, deveria ter referido na altura. Acrescentou  
677 que era uma situação inédita, pois nos últimos quatro anos nunca tinha vivido uma situação destas,  
678 pois um presidente de uma Junta que diz uma coisa quando está reunido com o executivo  
679 municipal, e quando está com os seus camaradas diz uma coisa completamente diferente,  
680 acrescentou que as pessoas têm de ser leais, sérias, honestas e trabalhadoras.

681 Referiu que se Junta de Freguesia do Torrão tivesse sido apetrechada de pessoal nos quadros,  
682 para fazer a limpeza pública, pois tinha sido a única coisa que tinha sido retirada, e lembrou que  
683 inicialmente tinham retirado os espaços verdes e que o presidente da junta tinha ligado a dizer que  
684 gostava de ficar com os espaços verdes e o executivo tinha ido ao encontro daquilo que o  
685 presidente queria.

686 O Presidente da Junta de Freguesia do Torrão disse que era sempre a mesma pessoa e tinha  
687 assinado e assume a sua palavra, mas aquando da assinatura não tinha conhecimento dos  
688 acordos das outras juntas de freguesia, daí dizer que se sentia discriminado.

689 O Deputado Paulo Jacinto referiu que se tinha falado tanto da União de Freguesias de Alcácer do  
690 Sal, relativamente aos acordos de execução, e referiu que tinha estado em algumas reuniões com  
691 o executivo, relativamente aos acordos de execução, tinham estado em desacordo mas tinham  
692 lutado pelas suas ideias e aconselhou o Presidente da Junta de Freguesia do Torrão a ter cuidado,  
693 quando voltar a assinar alguma coisa, pois tem de ter noção que não está só assinar para ele, mas  
694 a assinar algo que vai envolver muita gente.

695 A Deputada Mariana Caixeirinho referiu que as transferências eram para compensar e que neste  
696 momento existe uma lei, com o que se deve mensurar na questão da transferência, e nesse caso  
697 deveria existir a preocupação de haver uma discussão em conjunto, para que se percebesse o que

698 é que estava em causa. Terminou dizendo que as pessoas têm direito a mudar de opinião tendo  
699 em conta as coisas que são comparáveis.

700 O Presidente da Câmara referiu que discriminação, era o município de Alcácer do Sal estar a dar  
701 quase 900 mil euros para o Fundo de Apoio Municipal, para acudir a 9 municípios que têm as suas  
702 finanças em descalabro, o que estava a acontecer com a CPCJ, em que o estado anda a ludibriar  
703 os municípios, e os mesmos substituem o Ministério da Solidariedade em todo o país.

704 O que constava nos acordos de execução, tinha critérios, eram valores transferidos  
705 financeiramente de acordo com aquilo que é o valor custo padrão e de acordo com aquilo que  
706 efetivamente fazem.

707 Relativamente à reunião com o Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, disse que tinha  
708 corrido muito bem e que adicionalmente o mesmo quis ficar com os espaços verdes e o executivo  
709 tinha concordado.

710 O Presidente da Câmara disse que o centro da atenção quer da Junta de Freguesia quer da  
711 Câmara Municipal é a população, e assim tinham mantido os 27 funcionários da Câmara Municipal,  
712 da Equipa do Local do Torrão.

713 A Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação.

714 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 13 votos a favor dos eleitos pela CDU, 10 votos contra dos**  
715 **eleitos pelo PS, 1 abstenção do eleito pela Coligação "Viver Alcácer" e 1 abstenção do eleito pelo**  
716 **BE.**

717 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
718 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

719  
720 ***06 - Análise e votação da proposta referente ao acordo de execução de delegação de***  
721 ***competências na Freguesia de S. Martinho, previstas no n.º1 do artigo 132.º da Lei 75/2013, de 12***  
722 ***de setembro;*** (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 14/12/2017)

723 A Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação.

724 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 13 votos a favor dos eleitos pela CDU, 10 votos contra dos**  
725 **eleitos pelo PS, 1 abstenção do eleito pela Coligação "Viver Alcácer" e 1 abstenção do eleito pelo**  
726 **BE.**

727 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
728 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

729  
730 ***07 - Análise e votação da proposta referente ao acordo de execução de delegação de***  
731 ***competências na Freguesia da Comporta, previstas no n.º1 do artigo 132.º da Lei 75/2013, de 12***  
732 ***de setembro;*** (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 14/12/2017)

733 A Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação.

734 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 13 votos a favor dos eleitos pela CDU, 9 votos contra dos**  
735 **eleitos pelo PS, 1 abstenção do Deputado José Correia eleito pelo PS, 1 abstenção do eleito pela**  
736 **Coligação “Viver Alcácer “e 1 abstenção do eleito pelo BE.**

737 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
738 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

739

740 *08 - Análise e votação da proposta referente ao acordo de execução de delegação de*  
741 *competências na Freguesia do Torrão, previstas no n.º1 do artigo 132.º da Lei 75/2013, de 12 de*  
742 *setembro;* (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 14/12/2017)

743 A Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação.

744 **Deliberação: Deliberação: Aprovada por Maioria, com 13 votos a favor dos eleitos pela CDU, 9**  
745 **votos contra dos eleitos pelo PS, 1 abstenção do Deputado Hélder Montinho eleito pelo PS, 1**  
746 **abstenção do eleito pela Coligação “Viver Alcácer “e 1 abstenção do eleito pelo BE.**

747 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
748 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

749

750 *09 - Análise e votação da proposta referente ao contrato interadministrativo entre a Câmara*  
751 *Municipal e a União de Freguesias de Alcácer do Sal;* (documento aprovado na reunião de Câmara realizada  
752 no dia 14/12/2017)

753 A Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação.

754 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 13 votos a favor dos eleitos pela CDU, 10 votos contra dos**  
755 **eleitos pelo PS, 1 abstenção do eleito pela Coligação “Viver Alcácer “e 1 abstenção do eleito pelo**  
756 **BE.**

757 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
758 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

759

760 *10 - Análise e votação da proposta referente ao contrato interadministrativo entre a Câmara*  
761 *Municipal e a Freguesia de S. Martinho;* (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia  
762 14/12/2017)

763 A Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação.

764 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 13 votos a favor dos eleitos pela CDU, 10 votos contra dos**  
765 **eleitos pelo PS, 1 abstenção do eleito pela Coligação “Viver Alcácer “e 1 abstenção do eleito pelo**  
766 **BE.**

767 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
768 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

769

770 **11 - Análise e votação da proposta referente ao contrato interadministrativo entre a Câmara**  
771 **Municipal e Freguesia da Comporta;** (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 14/12/2017)

772 A Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação.

773 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 13 votos a favor dos eleitos pela CDU, 9 votos contra dos**  
774 **eleitos pelo PS, 1 abstenção do Deputado José Correia eleito pelo PS, 1 abstenção do eleito pela**  
775 **Coligação “Viver Alcácer “e 1 abstenção do eleito pelo BE.**

776 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
777 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

778

779 **12 - Análise e votação da proposta referente ao contrato interadministrativo entre a Câmara**  
780 **Municipal e a Freguesia do Torrão;** (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 14/12/2017)

781 A Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação.

782 **Deliberação: Deliberação: Aprovada por Maioria, com 13 votos a favor dos eleitos pela CDU, 9**  
783 **votos contra dos eleitos pelo PS, 1 abstenção do Deputado Hélder Montinho eleito pelo PS, 1**  
784 **abstenção do eleito pela Coligação “Viver Alcácer “e 1 abstenção do eleito pelo BE.**

785 O Deputado António José Grilo questionou se era seguro, os Presidentes das Juntas de Freguesia,  
786 votarem na aprovação dos acordos, uma vez que eram representantes de uma das partes  
787 interessadas.

788 A Presidente da Assembleia Municipal disse que pensava que sim, caso contrário reporiem a  
789 legalidade.

790 A Presidente da Assembleia Municipal referiu que era meia-noite, assim propôs a votação da  
791 continuidade da sessão.

792 Aprovada por Unanimidade.

793 A Deputada Mariana Caixeirinho leu uma Declaração de Voto, da Bancada do Partido Socialista.

794 O Presidente da Câmara leu uma Declaração em Defesa da Honra.

795 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
796 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

797

798 **13 - Análise e votação da proposta referente à reabilitação de edifício com subida de dois níveis de**  
799 **conservação – aplicação da isenção de IMI prevista no Estatuto dos Benefícios Fiscais;** (documento

800 aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 14/12/2017)

801 A Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções  
802 por parte dos Deputados dispôs a proposta a votação.

803 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

804 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
805 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

806

807 **14 - Análise e votação da proposta referente à regularização do inventário – avaliação de imóveis**  
808 **rústicos;** (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 14/12/2017)

809 A Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a discussão.

810 O Presidente da Câmara disse que na sessão da Assembleia Municipal anterior, tinha sido referido  
811 a conclusão do património do Município, tinha-se avançado imenso relativamente a essa avaliação,  
812 mas ultimamente tinha existido um problema que tinha a ver com, a avaliação dos imóveis rústicos  
813 e imóveis urbanos, que não tem permitido avançar. O que está para submeter à Assembleia  
814 Municipal trata-se de um conjunto de avaliações de imóveis que pertencem ao município e está o  
815 mais documentado possível, tinha sido feito por um perito avaliador dos quadros do Ministério da  
816 Justiça.

817 O Deputado António Grilo disse que era uma matéria muito importante, para se ter um relato  
818 financeiro mais rigoroso, no entanto está-se a falar de um documento extenso e que existem  
819 plantas que não correspondem às cadernetas prediais, ou seja o documento pode ter sido mal  
820 digitalizado, ou mal arrumado e pode induzir em erro, quando se vai ao detalhe técnico da  
821 informação.

822 A Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação.

823 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 13 votos a favor dos eleitos pela CDU, 10 abstenções dos**  
824 **eleitos pelo PS, 1 abstenção do eleito pela Coligação “Viver Alcácer” e 1 abstenção do eleito pelo**  
825 **BE.**

826 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
827 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

828

829 **15 - Análise e votação da proposta referente à correção material do Plano Diretor Municipal de**  
830 **Alcácer do Sal;** (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 14/12/2017)

831 A Presidente colocou a proposta a discussão, não havendo colocou a proposta a votação.

832 **Deliberação: Aprovada por Unanimidade.**

833 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
834 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

835



836 **16 - Análise e votação da proposta referente às Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de**  
837 **Investimentos – PPI e Atividades Mais Relevantes – AMR) e orçamento para o ano de 2018;**

838 (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 14/12/2017)

839 O Presidente da Câmara apresentou a proposta.

840 A Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a discussão.

841 O Deputado Serafim Inocêncio disse que relativamente às receitas, não conseguiu identificar os  
842 totais de cada capítulo económico, referiu que deveria ter sido por lapso.

843 A Dra. Carla Mota esclareceu que existia uma página, onde se encontravam os totais.

844 O Deputado Serafim Inocêncio disse que iria fazer uma síntese do orçamento, e referiu a zona de  
845 reconversão urbanística relativamente ao Interface da Zona Ribeirinha Nascente, e já no orçamento  
846 anterior aparecia o valor 1 milhão e cem euros, ou seja tinha sido iniciado no ano que passou, e  
847 neste ano, não existe nada e só aparece em 2019 e 2020.

848 Relativamente à rubrica de mercados e feiras encontra-se o valor de 630 mil euros, não vai fora do  
849 que foi referido no ano anterior, mas em termos de orçamentação é um valor alto.

850 Em relação ao PPI, o Deputado referiu a requalificação do edifício de Centro Cultural dos B. de São  
851 João e Olival Queimado, e que estava previsto em 2017, mas em 2018 tinha desaparecido, referiu  
852 ainda a reabilitação da Escola dos Telheiros, que tinha sido adiada para 2019 e para concluir em  
853 2020.

854 O Deputado referiu as receitas correntes e as de capital, e que eram muito pouco consistentes e  
855 têm dúvidas que as receitas atinjam os valores que estão discriminadas e assim existe um grande  
856 risco de não concretização. Salientou a despesa com o pessoal, nomeadamente os contratos e  
857 avenças que andava à volta dos 600 mil euros.

858 O Deputado António Grilo disse que tinham um orçamento que rondava os 25 milhões de euros,  
859 mas na prática o orçamento rondará 17, 18 milhões de euros e que cinquenta por cento da dotação  
860 anual do orçamento, é para recursos humanos um terço é para promoção económica e irá sobrar  
861 menos de um sexto para executar outras ações que poderiam ser relevantes, não sabe se a  
862 promoção económica se resume à construção de um parque de feiras e se o concelho se  
863 desenvolverá e haverá efetivamente o retorno do montante financeiro desta grandeza, com a  
864 construção de um parque de feiras, será útil mas talvez não seja prioritário.

865 O Deputado questionou qual era dotação para a feira anual do Torrão, pois ao analisar o  
866 orçamento, repara no aglomerar de rubricas e muitas verbas em outros, referiu que era importante  
867 ter esta informação porque estavam a falara de dinheiro público, não está em causa se o dinheiro é  
868 bem ou mal gasto, o que está em causa é a informação para se poder discutir, neste caso a  
869 informação não está apresentada a este nível.

870 Referiu ainda que o orçamento contemplava o aumento da tarifa da água e disse que  
871 pessoalmente não concordava com este aumento, será uma receita para o município, mas será  
872 mais um encargo para as famílias. Referiu a falta de discriminação positiva para famílias  
873 numerosas, ou seja um aglomerado com 5 ou 6 pessoas na sua habitação, é penalizado no nosso  
874 Município, pois os escalões da água fazem com que essas famílias sejam prejudicadas e gostava  
875 de deixar um apelo, de existir uma discriminação positiva para famílias numerosas, não têm a ver  
876 com capacidade económica, pois uma pessoas com posses paga o mesmo, que uma pessoa que  
877 não tenha posses.

878 O Deputado questionou se existia algum documento que esclarecesse sobre as prestações de  
879 serviços e avenças que estão ativas para o ano de 2018 e identificando de alguma forma quem são  
880 os prestadores de serviços e o valor inerente.

881 O Presidente da Câmara disse que iria esclarecer algumas questões, e referiu a questão das feiras  
882 e dos certames é algo que qualquer município hoje em dia investe significativamente, referiu o valor  
883 altíssimo que se pagava para alugar os stands por exemplo para a feira da PIMEL e isso devia-se a  
884 não se ter avançado há anos com o parque de feiras, e este executivo tinha-se limitado a dar  
885 continuidade ao que vinha sendo feito, mas com custos muitos elevados, são custos que o  
886 município têm, e efetivamente cresceram outros eventos em vários locais, em que o município está  
887 associado.

888 O Presidente da Câmara esclareceu que o nome Interface e Zona Ribeirinha só existia, porque era  
889 a única forma de viabilizar o parque de feiras, dai a candidatura ter este nome e será uma  
890 requalificação urbana de grande significado.

891 Relativamente ao Centro Cultural dos B. de São João e Olival Queimado, o Presidente disse que  
892 não tinham imputado verba, já que é uma matéria que é sensível e delicada, pois o equipamento  
893 não é do município, a IPSS não têm capacidade financeira para fazer obras, nem existem avisos de  
894 candidaturas para fazerem esse tipo de obras, e terá de se encontrar meios de financiamento que o  
895 permita.

896 O Presidente da Câmara referiu que o município tinha que efetuar opções, e a Escola dos  
897 Telheiros, era uma obra de quase um milhão de euros e como não se pode fazer tudo ao mesmo  
898 tempo, era uma obra que ficaria para depois, mas lembrou que a mesma só se encontrava aberta  
899 porque tinham alterado a carta educativa para que a mesma estivesse a funcionar.

900 Relativamente aos encargos com o pessoal, o Presidente da Câmara esclareceu que os valores  
901 tinham várias componentes, como os encargos para a Segurança Social, a Caixa Geral de  
902 Aposentações e também está esplanada, a reposição do descongelamento das carreiras e a

903 questão das horas extraordinárias que também irão ser repostas uma parte da percentagem que  
904 tinha sido retirada.

905 Relativamente às questões da água, o município tinha sido ameaçado pela ERSAR e teve de se  
906 criar um regulamento, onde foi criada uma tarifa social, associada a medidas que o município teve  
907 de tomar, nomeadamente o corte de água, quando existia incumprimento e o quadro que existia  
908 era de que quarenta por cento dos consumidores não pagavam a água. Atualmente a maior parte  
909 dos consumidores paga a água que é faturada e existem famílias que pagam menos, a aplicação  
910 da tarifa social tem a ver com os rendimentos das famílias.

911 Na questão das famílias numerosas, não tem existido essa opção, pois existem famílias numerosas  
912 de baixos rendimentos, mas também existem famílias numerosas com altíssimos rendimentos.

913 O Deputado António Grilo questionou se uma pessoa com um alto rendimento que gaste um mt<sup>3</sup> de  
914 água, irá pagar o mesmo que uma que tenha rendimentos baixos, e acrescentou que o valor a  
915 pagar deveria ser per capita, para não se diferenciar.

916 O Presidente da Câmara disse que era um defensor de os primeiros cinco mt<sup>3</sup> de água deveriam  
917 ser gratuitos para todas as pessoas, independentemente do rendimento, pois a água é um bem  
918 para a saúde do ser humano.

919 A Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação.

920 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 13 votos a favor dos eleitos pela CDU, 10 votos contra dos**  
921 **eleitos pelo PS, 1 abstenção do eleito pela Coligação "Viver Alcácer" e 1 voto contra do eleito pelo**  
922 **BE.**

923 A Deputada Luzia Carvalho leu uma Declaração de Voto da Bancada da CDU.

924 O Deputado Serafim Inocêncio leu uma Declaração de Voto da Bancada do PS.

925 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
926 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

927

928 ***17 - Análise e votação da proposta referente ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Alcácer***  
929 ***do Sal, para o ano de 2018.*** (documento aprovado na reunião de Câmara realizada no dia 14/12/2017)

930 A Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a discussão.

931 O Deputado António Grilo disse que o preâmbulo, resumia aquilo que é o mapa de pessoal do  
932 município, e encontrava-se esplanada no Gabinete de Apoio às Atividades Económicas e Turismo,  
933 onde tinha sido extinto um lugar de técnico superior na área da gestão de empresas e tinha sido  
934 criado um lugar na área de comunicação social, e em que eram propostos vários lugares no mapa,  
935 e existem no quadro de pessoal do município atualmente funcionários com essas habilitações  
936 académicas e que se encontram muitos deles subvalorizados, e a desempenhar as suas funções  
937 em áreas completamente distintas. E a dotação financeira que é alocada do orçamento aos

938 recursos humanos, pode levar a refletir de uma forma mais profunda, relativamente ao mapa de  
939 pessoal.

940 O Deputado Gonçalo Neto disse que o Município era o maior empregador do concelho, o mesmo  
941 têm dezoito empresas no ranking das maiores empresas do distrito de Setúbal e referiu que era  
942 muito pouco e assim questionou o Presidente da Câmara sobre e quais planos que tinha para  
943 melhorar o tecido empresarial do concelho e reduzir a dependência do município como grande  
944 empregador.

945 O Presidente da Câmara disse que nada a acrescentar.

946 A Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação.

947 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 13 votos a favor dos eleitos pela CDU, 10 votos contra dos**  
948 **eleitos pelo PS, 1 abstenção do eleito pela Coligação "Viver Alcácer "e 1 abstenção do eleito pelo**  
949 **BE.**

950 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa  
951 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

952

#### 953 **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

---

954

955 O Sr. João Jorge Garcia Reis Mendes referiu algumas lacunas na rua onde mora, em Albergaria, já  
956 que a rua tem cerca de 700 metros e somente 350 metros estão alcatroadas e nos últimos 4 a 5  
957 anos surgiram 15 ruturas da conduta de abastecimento de água às residências, foram feitos  
958 remendos no asfalto, e este ano surgiram novas ruturas, mas as mesmas continuam sem que o  
959 asfalto seja reparado. Referiu uma outra situação na sua rua, onde tinha ocorrido um incêndio num  
960 anexo e uma das bocas-de-incêndio estava desligada da conduta, o que tinha dificultado o trabalho  
961 dos bombeiros, assim sugeriu que houvesse um maior controlo destas situações por parte do  
962 município em parceria com a Proteção Civil.

963 A Vereadora Ana Luísa Soares disse que iria diligenciar para que as situações fossem resolvidas.

964

#### 965 **APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES**

---

966

967 **A Presidente da Assembleia colocou à consideração da Assembleia, a aprovação da minuta da ata,**  
968 **tendo a mesma sido aprovada, por Unanimidade, produzindo efeitos imediatos.**

969 **A referida minuta fará parte integrante da presente ata.**

970

971

972

973 **ENCERRAMENTO DA SESSÃO** \_\_\_\_\_

974 Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia, declarou encerrada a sessão, pela uma  
975 hora e trinta minutos do dia vinte e dois de dezembro do ano dois mil e dezassete. Eu, Dina do  
976 Carmo Prego Semião Sardo e Nuno Manuel Carvalho, assistentes técnicos, redigimos a presente  
977 ata, que assinamos com a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

978

979

980

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

981

982

983

Maria Antónia F. Almeida

984

985

OS ASSISTENTES TÉCNICOS

986

987

988

989

Dina Prego  
Nuno Manuel Carvalho

